

HABEAS CORPUS Nº 468.843 - PR (2018/0236206-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : NATHAN FELIPE DE SOUZA VIGINOTTI E OUTROS
ADVOGADOS : ANGELO MATTOS NADAL - PR049854
NATHAN FELIPE DE SOUZA VIGINOTTI - PR081973
MAIKON IGLESIAS - PR085655
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOSIANE CUSTODIO DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **JOSIANE CUSTODIO DE OLIVEIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Colhe-se dos autos que a paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 180 do Código Penal e 244-B do ECA.

Neste *writ*, os impetrantes sustentam, em síntese, que: **a)** a paciente tem um filho menor de 12 (doze) anos que necessita de seus cuidados, razão pela qual deve prevalecer o entendimento do Supremo Tribunal Federal adotado no HC n. 143641/SP, a fim de que seja determinada a substituição da prisão preventiva pela domiciliar; **b)** não há provas suficientes acerca da autoria do crime de receptação e materialidade do crime de corrupção de menores; **c)** é insuficiente a fundamentação contida na decisão que decretou a prisão preventiva.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva imposta à paciente ou a substituição dela por medidas cautelares diversas ou, ainda, pela prisão domiciliar.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público manifestou-se pelo não conhecimento da impetração.

É o relatório.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Quanto ao pedido de prisão domiciliar, não consta dos autos que tal pleito tenha sido apreciado pela instância de origem, o que impede seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça sob pena de indevida supressão de instância (RHC n. 66.827/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 24/02/2016; AgRg no HC n. 372.837/SP, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe de 2/5/2017).

Outrossim, é incabível, na estreita via do *habeas corpus*, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandarem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Consoante precedentes desta Corte, "o *habeas corpus* não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária" (RHC 87.004/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA,

QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 11/10/2017; RHC 85.325/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017; HC 411.362/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 17/10/2017).

Quanto aos requisitos da prisão preventiva, tem-se que ela, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso dos autos, a custódia cautelar foi decretada pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos:

"Verifica-se que os policiais, diante do recebimento de notícias anônimas acerca do fato de que uma motocicleta furtada estaria sendo guardada na residência da ré, deslocaram-se até o local, onde foram recebidos pela mesma que, em princípio, negou que houvesse uma motocicleta em sua residência. Todavia, os próprios policiais puderam avistar aludido veículo escondido em meio a alguns cobertores, razão pela qual a recorrida alegou ser o veículo de seu sobrinho, V.G.C.A. Vale destacar que tal motocicleta fora anteriormente furtada da vítima Wagner Antonio Alves, que prestou depoimento perante a autoridade policial narrando os fatos (ref. mov. 1.2 – fls. 15/16 – Projudi).

A decretação da prisão preventiva, todavia, exige também algum dos requisitos elencados no art. 312, do Código de Processo Penal, quais sejam, a garantia da ordem pública ou da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No presente caso, como bem pontuou o Ministério Público do Estado do Paraná, a prisão se faz necessária para fins de acautelar a ordem pública.

Isso porque se verifica que, quando do delito, a denunciada estava sob monitoração eletrônica, decorrente de prévia condenação, proferida pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Piraí do Sul, nos autos de ação penal nº 0000517-74.2017.8.16.0135, pela prática do crime previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei nº 11.343/06, às penas de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicialmente semiaberto, e 680 (seiscentos e oitenta) dias-multa (conforme relatório do sistema Oráculo ao mov. 5.1 – fls. 40/44 – Projudi).

Imperioso consignar, ainda, que pela análise do relatório obtido do Sistema Oráculo, verifica-se que a recorrida já foi processada pela prévia prática de receptação, nos autos de ação penal nº 0000346-54.2016.8.16.0135, que tramitaram perante o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Piraí do Sul. Em tais autos, todavia, foi concedida à ré a suspensão condicional do processo em 26/09/2016 (ref. mov. 5.1 – fls. 40/41 – Projudi).

Verifica-se, portanto, que diante do histórico criminal da acusada, que no momento do crime ora em análise, inclusive, estava usufruindo da monitoração eletrônica, a segregação cautelar se faz necessária para fins de garantia da ordem pública, em razão do concreto risco de reiteração criminosa. O risco de reiteração

criminosa, desde que fundado em elementos concretos de que a ré poderá voltar a delinquir, é fundamento idôneo à decretação da prisão preventiva, conforme já decidiu esta Colenda Câmara Criminal" (e-STJ, fls. 247-249).

Extrai-se do trecho supracitado que os indícios de autoria sobre a pessoa da representada e a materialidade do delito ficaram comprovados no decreto preventivo.

Quanto ao *periculum libertatis*, a prisão preventiva está justificada na necessidade de garantia da ordem pública e como forma de se evitar a reiteração delitiva, a qual, segundo reiterada jurisprudência desta Corte, é fundamento idôneo para justificar a prisão preventiva, tendo como escopo o resguardo da ordem pública, como ocorreu na espécie.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/2006 E ARTIGO 155, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. REITERAÇÃO DELITIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

IV - No caso, a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade da segregação cautelar para garantia da ordem pública, notadamente se considerado o fato de o paciente já responder a outros processos, circunstância que demonstra, na espécie, o fundado receio de reiteração delitiva. (Precedentes do STF e do STJ).

[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 311.101/SP, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 10/2/2015, DJe 23/2/2015.)

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DESTES TRIBUNAL, EM CONSONÂNCIA COM A SUPREMA CORTE. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DEMONSTRADA PELO MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE CONCRETA DO ACUSADO. RECEIO CONCRETO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA QUE RECOMENDA A MEDIDA CONSTRITIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NO CASO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA.

[...]

4. Inquéritos policiais e processos em andamento, embora não tenham o condão de exasperar a pena-base no momento da dosimetria da pena (Súmula n. 444/STJ), são elementos aptos a demonstrar, cautelarmente, eventual receio concreto de reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação/manutenção da prisão antecipada.

[...]

7. Ordem de habeas corpus não conhecida." (HC 293.389/PR, rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, j. 12/8/2014, DJe 22/8/2014.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

